

Textos para discussão – n.10

Política de Proteção à Trajetória do Estudante: avaliação de resultados da implementação em 2025

Bruna Freitas dos Santos, Damallys de Assis Oliveira

Centro de Educação Baseada em Evidências da Secretaria da Educação

JUNHO/2026

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação seriada que tem como objetivo difundir conhecimento sobre evidências educacionais, visando amparar o desenvolvimento, o monitoramento e avaliação das políticas públicas em educação.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria da Educação.

CEBE Centro de Educação Baseada em Evidências

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite
Vice-Governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Secretária: Raquel Teixeira
Secretária Adjunta: Stefanie Eskereski
Diretora Geral: Iracema Keila Castelo Branco
Coordenador CEBE: Guilherme Simionato

Equipe Técnica CEBE:

Amanda Lais Stibbe Lunardi
Bruna Freitas dos Santos
Carol Pereira Santos
Damallys de Assis Oliveira
Danielle Campos
Eduarda dos Reis Barcellos
Eduardo Flores do Amaral
Edyr de Jesus Alves Pereira
Fabiano Antunes
Gabriel Canofe Costa
Laura Eduarda Mallmann Kieling
Leonardo Bruno Afonso da Silva
Matheus Ibelli Bianco
Nikolas Weige
Paulo Marcos Ribeiro
Samarina Sodré Galeão da Rosa

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Resumo Executivo

Em 2025, a Política de Proteção à Trajetória do Estudante (PPTE) na rede estadual do Rio Grande do Sul consolidou-se como um instrumento estruturado de enfrentamento da infrequência e do risco de abandono escolar, com ampla disseminação de planos de ação e estratégias de acompanhamento dos estudantes. As ações ocorreram de forma homogênea entre escolas de diferentes níveis de complexidade, indicando que a política foi institucionalizada de maneira transversal na rede.

A cobertura de estudantes em risco alto e crítico com plano de ação apresenta média estadual relevante, porém com forte desigualdade entre as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs). Regiões com menor volume de estudantes tendem a apresentar maiores percentuais de cobertura, enquanto CREs mais populosas enfrentam desafios operacionais para acompanhar toda a demanda, evidenciando a influência da escala na implementação da política.

A análise das razões da baixa frequência revela um padrão consistente: a falta de interesse pela escola foi o principal fator relatado em todos os níveis de risco e etapas de ensino, seguida por fatores como necessidade de trabalho, especialmente no ensino médio. No que se refere às intervenções, observa-se um padrão escalonado, com predominância de ações de contato e escuta ativa nos níveis iniciais e aumento de estratégias mais estruturadas, como encaminhamentos via FICAI e articulação com a rede intersetorial, à medida que o risco se intensifica.

Os resultados indicam que as ações desenvolvidas no âmbito da PPTE estão associadas à melhora da frequência escolar, especialmente entre estudantes de risco médio e alto. No ensino médio, a taxa de retorno dos estudantes nessas faixas de risco e que receberam as intervenções foi de 34,7% contra 22,2% dos estudantes que não receberam ação estruturada, uma diferença de 12,5 pontos percentuais em termos de efetividade. No ensino fundamental o efeito foi ainda mais intenso, sendo 43,4% a taxa de quem recebeu a intervenção recomendada e 21,5% para quem não recebeu, diferença de 21,9 pontos percentuais.

Em síntese, a política demonstra capacidade de estruturar respostas baseadas em evidências e de melhorar a frequência escolar em parte significativa dos casos, mas ainda enfrenta desafios relacionados à equidade territorial, à escala de implementação e à efetividade em contextos de alta vulnerabilidade. O principal desafio passa a ser ampliar a cobertura com qualidade, fortalecer intervenções precoces e integrar ações intersetoriais, de modo a garantir não apenas o retorno à frequência, mas a permanência sustentável dos estudantes na escola.

Introdução

A garantia do direito à educação ultrapassa o acesso formal à escola e envolve, de forma central, a permanência e a conclusão da trajetória escolar. No contexto brasileiro recente, especialmente a partir da crise econômica da década de 2010 e do período pós-pandemia da COVID-19, os desafios associados à infrequência, ao abandono e à evasão escolar tornaram-se mais evidentes. No Rio Grande do Sul, esse cenário se manifesta de maneira particularmente crítica no ensino médio, cuja taxa de abandono, embora em queda desde 2021 quando atingiu o pico de 11,1%, ainda é o dobro da média nacional – 5,4% segundo o Censo Escolar de 2024 quando o indicador nacional ficou em 3,7%.

Diante desse quadro, a Política de Proteção à Trajetória do Estudante, instituída pela Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul em 2025, propõe uma abordagem estruturada e sistêmica para o enfrentamento do abandono escolar, fundamentada na compreensão de que as trajetórias educacionais são marcadas por desigualdades sociais, econômicas e territoriais. A política parte do reconhecimento de que estudantes possuem oportunidades distintas de permanência escolar e, portanto, apresentam diferentes níveis de risco de infrequência e abandono, exigindo respostas diferenciadas e proporcionais.

Ao articular diretrizes normativas e operacionais, a política estabelece um conjunto de medidas preventivas e mitigatórias, organizadas em torno de seis pilares centrais: atuação baseada em evidências, preventiva, integral, integrada, transversal e orientada pela equidade. Essa estrutura busca assegurar condições adequadas para que os estudantes da rede estadual possam concluir a educação básica com êxito, mesmo diante de contextos de vulnerabilidade social, violações de direitos, dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde ou eventos climáticos adversos.

Nesse contexto, a Política de Proteção à Trajetória do Estudante é operacionalizada por meio do Sistema de Proteção à Trajetória do Estudante, concebido como o principal instrumento de monitoramento, prevenção e mitigação do abandono escolar na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. O sistema constitui uma ferramenta de gestão baseada em evidências, ao permitir a identificação sistemática de estudantes com maior probabilidade de se tornarem infrequentes ou de abandonar a escola, viabilizando intervenções antecipadas, focalizadas e proporcionais ao nível de risco identificado.

A lógica central do sistema está fundamentada na compreensão de que o abandono escolar é um processo gradual, frequentemente precedido por episódios recorrentes de infrequência, e não um evento abrupto. Dessa forma, o Sistema de Proteção à Trajetória

do Estudante opera como um mecanismo de alerta precoce, fornecendo às escolas informações qualificadas sobre os estudantes que demandam acompanhamento prioritário, bem como subsídios para o planejamento de ações individualizadas e integradas com a rede intersetorial de proteção.

A partir das informações disponíveis nos sistemas educacionais, o sistema classifica os estudantes em quatro níveis de risco de abandono escolar: risco baixo, risco médio, risco alto e risco crítico. Estudantes em risco baixo tem a probabilidade de abandono abaixo de 40%, o risco médio é aquele cuja probabilidade estimada de abandono é igual ou superior a 40%, sendo alvo de ações em larga escala, predominantemente de caráter informativo e preventivo, conduzidas principalmente pelo Órgão Central da Secretaria da Educação. Já os estudantes em risco alto, com probabilidade igual ou superior a 60%, demandam intervenções mais focalizadas, combinando ações coletivas e individuais, com maior protagonismo da escola e da equipe de orientação educacional. Por fim, os estudantes classificados em risco crítico, com probabilidade igual ou superior a 80%, são aqueles para os quais as intervenções anteriores se mostraram insuficientes, exigindo acompanhamento intensivo, individualizado e contínuo, com articulação estreita entre escola, Coordenadoria Regional de Educação e rede intersetorial de proteção.

Essa estrutura de classificação dá origem a uma estratégia multinível e cumulativa, na qual os estudantes em níveis mais elevados de risco acumulam todas as ações previstas para os níveis inferiores. Tal desenho metodológico reflete o princípio da equidade que orienta a política, ao reconhecer que estudantes com maior vulnerabilidade necessitam de um volume maior e de uma maior intensidade de intervenções para que tenham asseguradas condições efetivas de permanência escolar.

Além de orientar a ação pedagógica e institucional, o Sistema de Proteção à Trajetória do Estudante incorpora uma dimensão de gestão da informação relevante, ao possibilitar o registro das ações realizadas, das razões da infrequência, dos estudos de caso e dos planos de ação individuais. Essa característica fortalece a capacidade de monitoramento e avaliação da política, permitindo que a gestão educacional acompanhe a evolução dos estudantes ao longo do tempo e ajuste as estratégias adotadas conforme as necessidades observadas, consolidando uma abordagem preventiva, integrada e baseada em evidências no enfrentamento do abandono escolar.

Literatura Relacionada

A análise da Política de Proteção à Trajetória do Estudante se insere em um campo consolidado da literatura que compreende a evasão escolar como um processo gradual, e não como um evento pontual. Autores como Vincent Tinto e Russell Rumberger destacam que o abandono resulta de um acúmulo de fatores ao longo do tempo, sendo a infrequência um dos principais sinais precursores. Nesse sentido, o modelo adotado pela política, ao monitorar continuamente a frequência e classificar os estudantes por níveis de risco, dialoga diretamente com essa abordagem longitudinal do fenômeno.

A operacionalização da política por meio do Sistema de Proteção à Trajetória do Estudante aproxima-se da literatura sobre sistemas de alerta precoce, amplamente desenvolvida por instituições como o *Chicago Consortium on School Research* e a rede *REL - Regional Educational Laboratory*. Esses sistemas se baseiam na identificação de indicadores preditivos para orientar intervenções antecipadas, o que se reflete na estrutura multinível observada na política gaúcha, permitindo respostas proporcionais ao risco e maior capacidade de prevenção do abandono escolar.

Os resultados empíricos que apontam a falta de interesse pela escola como principal razão da infrequência também encontram respaldo na literatura sobre engajamento escolar. Segundo Jennifer Fredricks et al., o engajamento envolve dimensões comportamentais, emocionais e cognitivas, sendo a frequência apenas uma de suas manifestações. Assim, a predominância de intervenções baseadas em escuta e contato com estudantes e famílias evidencia a tentativa de reconstrução do vínculo com a escola, aspecto central para a permanência escolar.

Um referencial central para a compreensão do fenômeno analisado é o estudo Panorama sobre o Abandono Escolar no Ensino Médio Regular e no Ensino Médio em Tempo Integral, desenvolvido pelo Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE) da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada em 21 escolas da Região Metropolitana de Porto Alegre, identifica o abandono escolar como um fenômeno multifatorial fortemente associado às condições de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, especialmente à necessidade de trabalho remunerado, à ausência de transporte escolar, à sobrecarga de responsabilidades domésticas e ao enfraquecimento do vínculo com a escola. O estudo demonstra que a infrequência constitui um estágio intermediário no processo de abandono, reforçando a importância de mecanismos de monitoramento e intervenção precoce. Além disso, evidencia que fatores institucionais, como clima escolar, acolhimento, flexibilidade organizacional e estratégias de engajamento, exercem papel relevante na permanência dos estudantes.

Essas conclusões forneceram sustentação empírica direta para a Política de Proteção à Trajetória do Estudante, especialmente para sua lógica de identificação precoce de riscos, atuação multinível e articulação de ações voltadas à permanência escolar.

Além disso, a presença de fatores como a necessidade de trabalho, especialmente no Ensino Médio, reforça o caráter estrutural da evasão escolar. Organizações como UNESCO e UNICEF apontam que desigualdades socioeconômicas influenciam diretamente a trajetória educacional, o que pode ser interpretado à luz da teoria do capital humano de Gary Becker, na qual decisões educacionais envolvem trade-offs entre estudo e inserção no mercado de trabalho.

Por fim, a política analisada também se alinha ao campo das políticas públicas baseadas em evidências, ao utilizar dados administrativos para monitoramento contínuo e ajuste das intervenções. Instituições como o What Works Clearinghouse, o World Bank e o IPEA destacam a importância desse tipo de abordagem para aumentar a efetividade das políticas educacionais. Nesse contexto, o sistema analisado não apenas orienta a ação escolar, mas também fortalece a capacidade de gestão e avaliação da política, contribuindo para uma atuação mais eficiente e equitativa na proteção da trajetória dos estudantes.

Metodologia

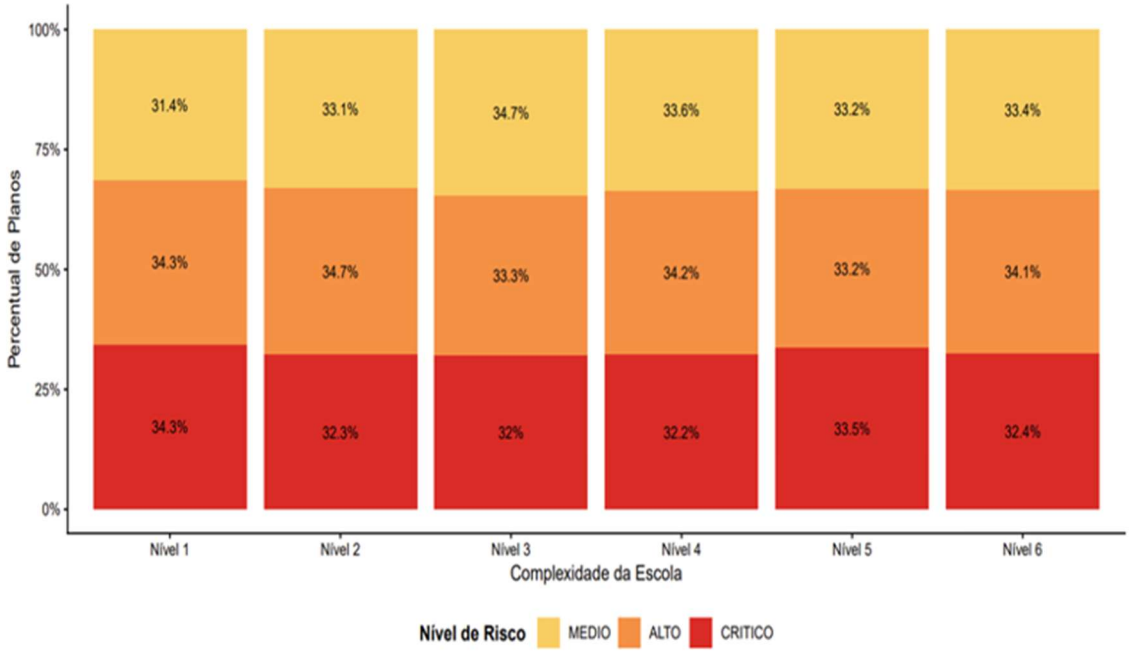
Do ponto de vista metodológico, a Política de Proteção à Trajetória do Estudante estrutura-se a partir de uma lógica de gestão baseada em evidências, combinando diagnóstico situacional, monitoramento contínuo e protocolos de intervenção escalonados conforme o nível de risco dos estudantes.

A coleta dos dados se dá pelo principal instrumento operacional dessa abordagem, que é o Sistema de Proteção à Trajetória do Estudante, integrado ao Módulo Gestor do aplicativo Escola RS, que permite a identificação e o acompanhamento sistemático dos estudantes em risco de abandono. Os demais dados utilizados nesta análise provêm do Sistema de Informatização da Secretaria da Educação (ISE).

Foram objetos de investigação, as principais razões e intervenções em casos de alunos com baixa frequência. Bem como a quantidade de intervenção por alunos, distribuição de planos pela Complexidade da Escola e os principais resultados por meio da Política de proteção à trajetória do estudante.

Apresentação e discussão dos resultados

Gráfico 1: Inserção de planos por nível de complexidade nas escolas.

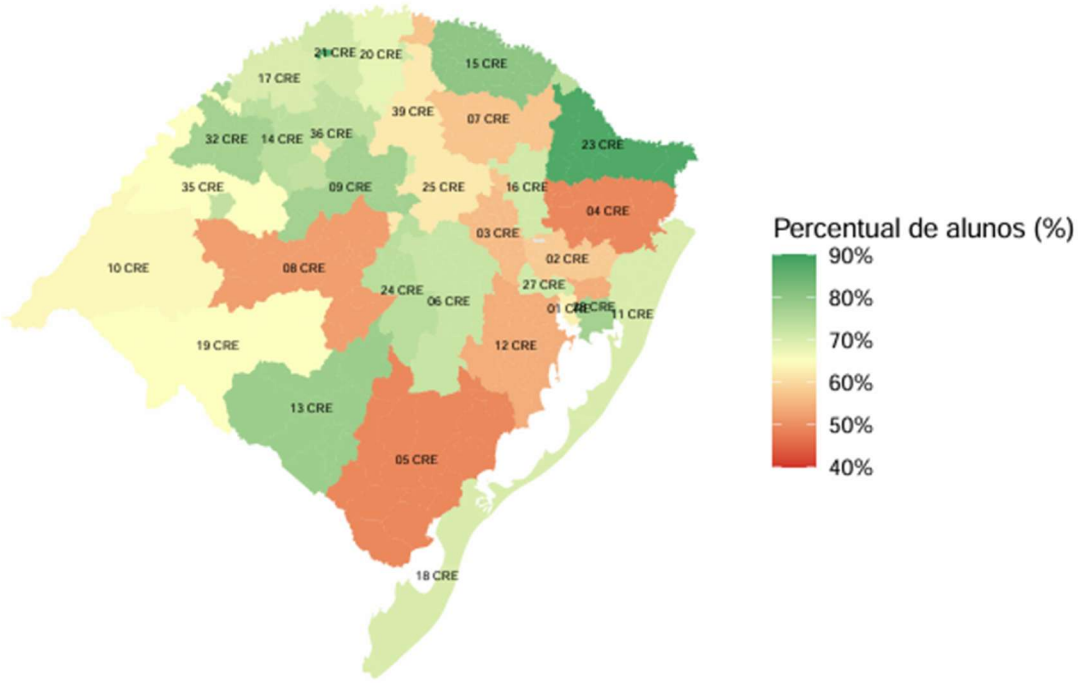


Fonte: ISE.
Nota: O nível de complexidade é dado pelo Indicador de Complexidade da Gestão Escolar (ICG), criado pelo INEP para medir o grau de complexidade administrativa e pedagógica de uma escola a partir dos dados do Censo Escolar. Não mede qualidade, mas o quanto sua gestão é mais ou menos complexa.

O gráfico 1 mostra que a inserção de planos de ação ocorre de forma bastante homogênea entre os níveis de complexidade das escolas. Em todos os níveis, a distribuição dos planos entre alunos de risco médio, alto e crítico é muito semelhante, com cada grupo representando aproximadamente um terço do total.

Não se observa concentração dos planos apenas em escolas de maior complexidade, nem redução significativa nos níveis mais baixos, o que indica que a estratégia de inserção dos planos é transversal ao sistema e não restrita a um perfil específico de escola. As variações percentuais entre os níveis são pequenas e não configuram um padrão de desigualdade relevante.

Gráfico 2: Distribuição de alunos em risco alto ou crítico com plano de ação no Rio Grande do Sul.



Fonte: ISE.

O mapa evidencia forte desigualdade regional na proporção de alunos em risco alto ou crítico com plano de ação. As melhores posições concentram-se em 23ª CRE - Vacaria (88%) e 15ª CRE – Erechim (80%), que apresentam os maiores percentuais de cobertura, indicando maior capacidade de identificação e acompanhamento dos estudantes em maior risco de abandono.

Em contraste, a 5ª CRE – Pelotas e a 4ª CRE – Caxias do Sul figuram nas últimas posições, com os menores percentuais (49%), sinalizando maior contingente de alunos em risco ainda sem plano de ação. Esse padrão sugere desafios operacionais e de escala em CREs mais populosas, reforçando a necessidade de priorização de esforços, apoio técnico e reforço da implementação da política nessas regiões.

Tabela 1: Distribuição do ensino regular dos planos de ações e alunos com risco alto e crítico por CRE's no ano de 2025.

Rede Estadual e Coordenadorias Regionais	Quantidade de Plano de ação (%)	Escolas com Plano de ação (%)	Qtd de alunos com risco alto e crítico (%)[1]	% de alunos com risco alto e crítico com Plano de Ação[2]
Rede Estadual	150.087	1944 (84,6)	58.126	59,0
Ensino Fundamental	62.480	1688 (85,0)	17.098 (4,0)	69,0
Ensino Médio	74.503	1074 (95,7)	30.470 (8,0)	58,0
01 CRE - Porto Alegre	35.654 (23,8)	219	12.583 (10,8)	63,0
02 CRE - São Leopoldo	10.765 (7,2)	145	4.758 (7,1)	58,0
03 CRE - Estrela	1.486 (1,0)	61	675 (3,3)	56,0
04 CRE - Caxias do Sul	5.880 (3,9)	98	3.085 (6,2)	49,0
05 CRE - Pelotas	6.932 (4,6)	105	2.804 (7,1)	49,0
06 CRE - Santa Cruz do Sul	4.530 (3,0)	81	1.464 (5,0)	72,0
07 CRE - Passo Fundo	5.103 (3,4)	87	2.328 (6,9)	57,0
08 CRE - Santa Maria	4.417 (2,9)	83	2.102 (6,8)	52,0
09 CRE - Cruz Alta	1.617 (1,1)	31	667 (5,3)	77,0
10 CRE - Uruguaiana	3.969 (2,6)	57	1.754 (6,9)	64,0
11 CRE - Osório	8.221 (5,5)	76	2.554 (7,3)	70,0
12 CRE - Guaíba	3.875 (2,6)	71	1.745 (6,0)	54,0
13 CRE - Bagé	2.163 (1,4)	50	949 (5,4)	78,0
14 CRE - Santo Ângelo	1.288 (0,9)	29	570 (4,8)	74,0
15 CRE - Erechim	5.633 (3,8)	64	1.148 (5,2)	80,0
16 CRE - Bento Gonçalves	2.794 (1,9)	58	1.330 (7,1)	71,0
17 CRE - Santa Rosa	1.700 (1,1)	45	662 (4,3)	70,0
18 CRE - Rio Grande	5.485 (3,7)	35	1.915 (10,6)	70,0
19 CRE - Santana do Livramento	3.438 (2,3)	48	1.150 (5,7)	65,0
20 CRE - Palmeira das Missões	1.841 (1,2)	61	596 (2,9)	68,0
21 CRE - Três Passos	832 (0,6)	43	495 (4,2)	71,0
23 CRE - Vacaria	2.355 (1,6)	25	655 (7,4)	88,0
24 CRE - Cachoeira do Sul	1.995 (1,3)	36	766 (6,2)	74,0
25 CRE - Soledade	1.451 (1,0)	36	570 (4,7)	62,0
27 CRE - Canoas	8.961 (6,0)	72	3.810 (11,0)	71,0
28 CRE - Gravataí	12.774 (8,5)	82	5.696 (9,6)	54,0
32 CRE - São Luiz Gonzaga	1.166 (0,8)	37	282 (3,4)	77,0
35 CRE - São Borja	1.516 (1,0)	28	501 (4,6)	65,0
36 CRE - Ijuí	1.205 (0,8)	42	690 (4,9)	73,0
39 CRE - Carazinho	1.041 (0,7)	39	542 (4,0)	62,0

Nota*: [1] O percentual é dado pela quantidade de alunos com risco alto e crítico sobre a quantidade de alunos matriculados no determinado grupo. [2] O percentual de alunos em risco alto e crítico com plano de ação é a quantidade de alunos que estão em risco crítico e alto que tem plano de ação dentre todos os alunos que estão em risco crítico e alto.

A Tabela 1 evidencia que a cobertura dos Planos de Ação entre alunos em risco alto ou crítico não depende apenas da gravidade do problema, mas também da capacidade operacional das CREs. Mesmo com uma média estadual relativamente elevada, a variação entre regiões indica que a implementação da política ocorre em ritmos distintos, refletindo diferenças de estrutura, organização e priorização local.

Observa-se que algumas CREs conseguem manter percentuais elevados de alunos em risco com plano mesmo sem concentrarem grandes volumes absolutos de estudantes, o que sugere maior focalização das ações e maior aderência aos fluxos de acompanhamento. Por outro lado, CREs com grande contingente de alunos em risco tendem a apresentar percentuais menores, indicando que a escala da demanda pode dificultar a universalização dos planos, especialmente em contextos mais urbanos e complexos.

Essas diferenças reforçam que a análise da política não deve se restringir aos percentuais, mas considerar também o contexto territorial e o volume de casos. Os resultados apontam para a necessidade de estratégias diferenciadas de apoio e monitoramento, combinando reforço técnico e organizacional nas CREs mais pressionadas e disseminação de boas práticas das regiões com maior capacidade de resposta.

Quanto a elaboração do plano de ação, ele fica de atribuição da Orientação Educacional, na qual tem a responsabilidade especial de realizar o acompanhamento individualizado dos estudantes em risco, garantindo que um plano de ação individualizado seja elaborado e implementado de acordo com as especificidades daquele estudante e com isso atribuindo razões para a baixa frequência. Dessa forma, as principais razões da baixa frequência encontrados ao longo do ano seguem na Tabela 2.

Tabela 2: Principais razões da baixa frequência em alunos do Ensino Fundamental.

Razões	Riscos (%)			
	Baixo	Médio	Alto	Crítico
Falta de interesse pela escola ou pelos estudos	24,9	25,8	25,3	25,6
Necessidade de realizar trabalho remunerado ou não remunerado	5,9	6,1	6,3	6,3
Frustação por desempenho escolar insuficiente	6,0	5,8	5,8	5,9
Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes	3,5	3,5	3,6	4,3
Criança ou adolescente com doença(s) que impeça(m) ou dificulte(m) a frequência a escola	7,0	5,6	4,8	4,2
Falta de transporte escolar	2,1	2,1	2,0	1,9
Gravidez na adolescência	0,7	0,8	1,0	1,1
Criança ou adolescente com deficiência	1,2	1,0	1,0	1,0
Adolescente em conflito com a lei	0,3	0,4	0,5	0,6
Uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas	0,4	0,4	0,5	0,6

Fonte: ISE.

A Tabela 2 mostra que a falta de interesse pela escola ou pelos estudos foi registrada pela escola, em todos os níveis de risco, como a principal razão associada à baixa frequência no Ensino Fundamental, concentrando cerca de um quarto dos casos. Esse resultado indica que problemas de engajamento e vínculo com a escola são centrais no fenômeno da infrequência.

As demais razões apresentam percentuais mais distribuídos e semelhantes entre os níveis de risco, com destaque para trabalho remunerado ou não, frustração por baixo desempenho escolar e mudanças de domicílio, que afetam alunos independentemente da gravidade do risco. Já fatores como conflito com a lei e uso de substâncias psicoativas, embora pouco frequentes, tornam-se ligeiramente mais presentes nos níveis de risco alto e crítico, sugerindo maior complexidade social nesses casos.

Tabela 3: Principais razões de baixa frequência em alunos de Ensino Médio.

Razões	Riscos (%)			
	Baixo	Médio	Alto	Crítico
Falta de interesse pela escola ou pelos estudos	20,9	22,6	23,1	22,8
Necessidade de realizar trabalho remunerado ou não remunerado	10,2	10,3	10,5	10,2
Frustração por desempenho escolar insuficiente	4,5	4,6	4,7	4,5
Criança ou adolescente com doença(s) que impeça(m) ou dificulte(m) a frequência a escola	3,2	3,0	2,7	2,4
Falta de transporte escolar	1,7	1,7	1,7	1,5
Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes	1,6	1,8	1,9	2,1
Gravidez na adolescência	0,8	0,9	1,0	1,1
Criança ou adolescente com deficiência	0,6	0,5	0,5	0,4
Uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas	0,3	0,3	0,4	0,4
Adolescente em conflito com a lei	0,3	0,3	0,3	0,4

Fonte: ISE.

A Tabela 3 mostra que, no Ensino Médio, a falta de interesse pela escola ou pelos estudos também é a principal razão associada à baixa frequência em todos os níveis de risco, com percentuais que variam de 20,9% a 23,1%, ainda que em patamar ligeiramente inferior ao observado no Ensino Fundamental. Entretanto, essa categoria deve ser interpretada com cautela, pois a “falta de interesse” pode representar mais uma manifestação visível do problema do que sua causa propriamente dita. Questões relacionadas à qualidade das experiências escolares, dificuldades de aprendizagem, relações com professores e colegas, vulnerabilidades sociais ou expectativas reduzidas em relação à escolarização podem estar subjacentes a esse aparente desinteresse. Assim, a predominância dessa justificativa pode indicar uma tendência de atribuir a infrequência ao comportamento individual do estudante, sem necessariamente aprofundar a investigação dos fatores institucionais e sociais que contribuem para seu afastamento da escola.

Em seguida, destaca-se a as razões de necessidade de realizar trabalho remunerado ou não remunerado, com valores elevados e estáveis entre os níveis de risco (em torno de 10%), evidenciando o peso das pressões socioeconômicas sobre a permanência dos estudantes no Ensino Médio. As demais razões apresentam percentuais menores e pouca variação entre os riscos, indicando um padrão relativamente homogêneo. Fatores como uso de substâncias, conflito com a lei e gravidez na adolescência aparecem com baixa incidência, mas tornam-se ligeiramente mais frequentes nos níveis de risco alto e crítico, sugerindo maior vulnerabilidade social nesses grupos.

Tabela 4: Principais intervenções de baixa frequência, alunos do Ensino Fundamental.

Intervenções	Riscos (%)			
	Baixo	Médio	Alto	Crítico
Contatar responsáveis pelo estudante via ligação	9,5	9,0	8,7	8,9
Realizar escuta ativa com o estudante	10,2	9,4	8,9	8,5
Realizar escuta ativa com a família ou responsáveis	6,0	5,8	5,6	5,7
Encaminhar FICAI para a RAE	2,5	3,0	3,5	4,6
Garantir a realização dos EAC e dos estudos compensatórios	6,2	5,8	5,5	5,3
Atualizar cadastro de contatos no ISE	4,5	4,2	4,1	4,3
Assinatura pelos responsáveis do Termo de Ciência de Baixa Frequência	4,4	4,3	4,0	3,8
Acionar a Rede Intersetorial de Apoio à Escola (RAE)	1,6	1,9	2,1	2,7
Acompanhar semanalmente o estudante (conversa individual)	3,9	3,6	3,3	3,1
Elaborar Plano de Ação individual	3,1	3,0	3,0	3,0

Fonte: ISE.

Analisando a Tabela 4, indica que no Ensino Fundamental as intervenções mais frequentes diante da baixa frequência estão centradas em ações de contato e escuta, tanto com o estudante quanto com a família. Destacam-se o contato com responsáveis por ligação e a escuta ativa com o estudante, que apresentam os maiores percentuais em todos os níveis de risco, embora com leve redução à medida que o risco se torna mais elevado.

Observa-se que intervenções de maior complexidade e articulação intersetorial, como o encaminhamento ao FICAI, o acionamento da RAE e o acompanhamento individual, tornam-se proporcionalmente mais presentes nos níveis de risco alto e crítico, indicando uma intensificação das respostas institucionais conforme o agravamento da situação. De modo geral, o padrão sugere uma atuação escalonada, que parte de estratégias de diálogo e acompanhamento escolar e avança para medidas mais estruturadas nos casos de maior vulnerabilidade.

Tabela 5: Principais intervenções de baixa frequência, alunos do Ensino Médio.

Intervenções	Riscos (%)			
	Baixo	Médio	Alto	Crítico
Realizar escuta ativa com o estudante	8,3	8,1	8,0	7,4
Contatar responsáveis pelo estudante via ligação	6,2	6,5	6,7	6,7
Garantir a realização dos EAC e dos estudos compensatórios	4,6	4,6	4,6	4,2
Realizar escuta ativa com a família ou responsáveis	3,5	3,8	3,9	3,8
Atualizar cadastro de contatos no ISE	3,3	3,3	3,4	3,4
Encaminhar FICAI para a RAE	1,8	2,3	2,8	3,4
Assinatura pelos responsáveis do Termo de Ciência de Baixa Frequência	2,8	2,9	2,8	2,6
Elaborar Plano de Ação individual	2,3	2,4	2,5	2,4
Acompanhar semanalmente o estudante (conversa individual)	2,6	2,7	2,6	2,2
Acionar a Rede Intersetorial de Apoio à Escola (RAE)	1,1	1,3	1,6	1,9

Fonte: ISE.

No Ensino Médio, a escuta ativa com o estudante também é a intervenção mais frequente em todos os níveis de risco, apresentando percentuais bastante semelhantes entre casos de baixa e alto risco. Esse padrão sugere uma resposta pouco diferenciada conforme a complexidade da situação. Embora seja importante para identificar as causas da infrequência, a escuta ativa, quando utilizada de forma isolada, tem alcance limitado, pois não enfrenta diretamente fatores estruturais que contribuem para o absenteísmo escolar. Ainda, o contato com responsáveis e a garantia dos EAC/estudos compensatórios também se mantêm relevantes e estáveis.

À medida que o risco aumenta, crescem as ações de maior complexidade, como encaminhamento ao FICAI e acionamento da RAE, enquanto intervenções como plano de ação individual e acompanhamento individual permanecem menos frequentes.

Tabela 6: Distribuição de intervenções na Rede de Educação do Rio Grande do Sul.

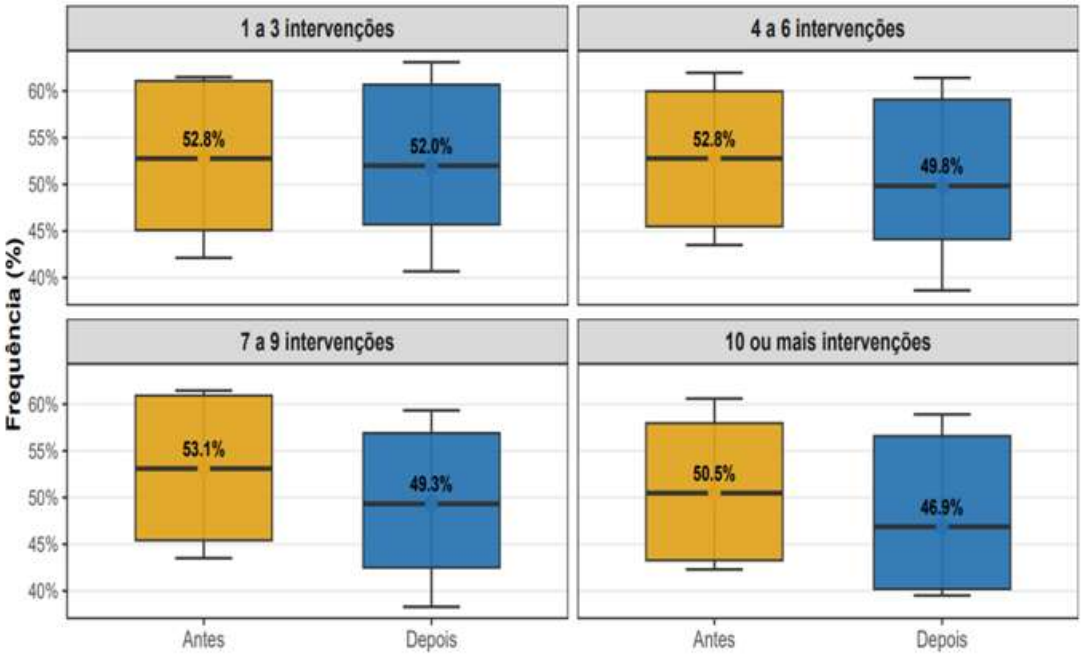
Quantidade de Intervenções	Período	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
		Crítico	Alto	Médio	Crítico	Alto	Médio
1 a 3 intervenções	1º Trim.	50,7	51,3	53,5	57,0	57,8	59,1
	2º Trim.	53,0	53,0	53,6	56,3	56,3	56,6
	3º Trim.	44,3	44,4	44,9	50,3	50,3	50,2
4 a 6 intervenções	1º Trim.	33,7	34,4	33,0	31,6	31,5	30,4
	2º Trim.	32,2	32,6	32,7	31,9	32,2	32,6
	3º Trim.	34,2	35,0	35,4	33,5	34,0	34,8
7 a 9 intervenções	1º Trim.	12,5	11,9	11,3	9,4	9,1	9,0
	2º Trim.	11,1	10,8	10,3	9,2	8,9	8,4
	3º Trim.	14,2	13,9	13,4	11,7	11,3	10,9
10 ou mais intervenções	1º Trim.	3,1	2,4	2,2	2,0	1,7	1,5
	2º Trim.	3,6	3,5	3,3	2,5	2,5	2,4
	3º Trim.	7,1	6,8	6,3	4,5	4,4	4,1

Fonte: ISE.

Na Tabela 6 mostra que, em toda a rede estadual, predomina a realização de 1 a 3 intervenções por estudante, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, em todos os níveis de risco e trimestres, indicando um padrão de atuação concentrado em poucas ações.

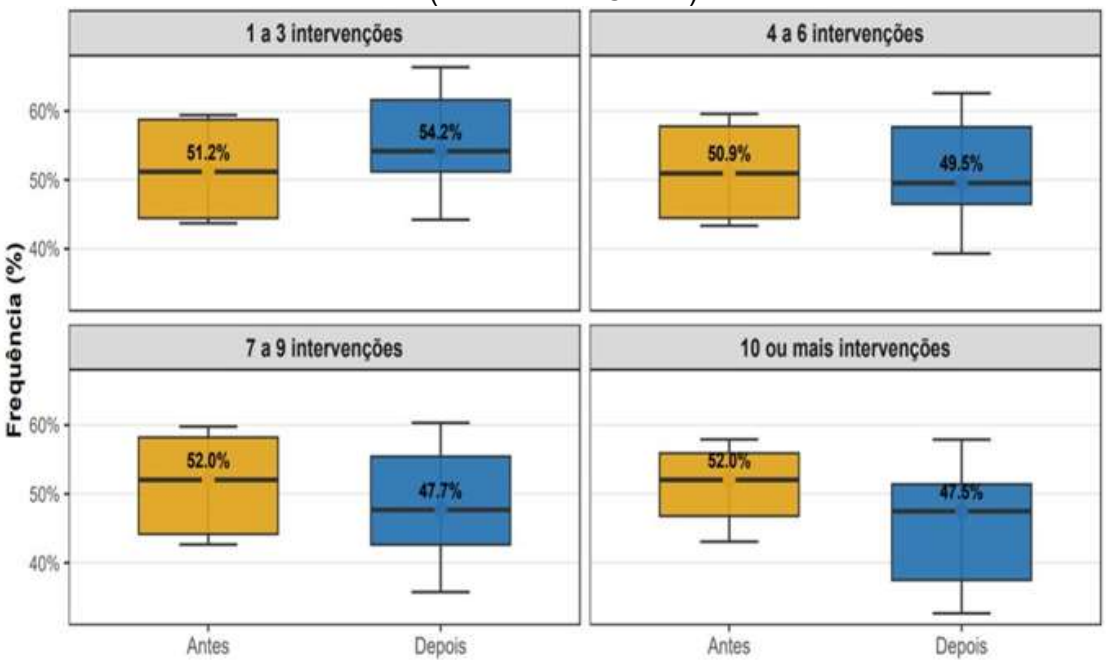
Observa-se que, ao longo do ano, há leve redução da proporção de casos com 1 a 3 intervenções e aumento relativo das faixas de 4 a 6 e 7 a 9 intervenções, especialmente no 3º trimestre, o que sugere intensificação do acompanhamento conforme a persistência da baixa frequência. Já a categoria de 10 ou mais intervenções permanece residual, embora apresente crescimento no 3º trimestre, sobretudo no Ensino Fundamental e entre alunos de risco crítico.

Gráfico 3: Padrão das frequências Antes e Depois das Intervenções - Ensino Fundamental (Risco Alto e Crítico).



Fonte: ISE
Nota: O gráfico de *boxplot* mostram a distribuição das frequências dos estudantes com risco alto e crítico de abandono, antes e depois da intervenção. A linha central é a mediana (valor central da frequência).

Gráfico 4: Padrão das frequências Antes e Depois das Intervenções - Ensino Médio (Risco Alto e Crítico).



Fonte: ISE
Nota: O gráfico de boxplot mostram a distribuição das frequências dos estudantes com risco alto e crítico de abandono, antes e depois da intervenção. A linha central é a mediana (valor central da frequência).

A análise dos *bloxplot* (Gráficos 3 e 4), revela que os efeitos das intervenções diferem entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, além de variarem conforme a intensidade do acompanhamento realizado. Os resultados sugerem que a frequência escolar dos estudantes classificados em risco alto ou crítico está fortemente associada à gravidade do quadro de infrequência já existente no momento da intervenção.

No Ensino Fundamental (Gráfico 3), observa-se que a frequência após as intervenções tende a ser inferior à registrada anteriormente em todos os grupos analisados. Esse padrão se intensifica à medida que aumenta o número de intervenções realizadas, indicando que os estudantes que demandam acompanhamento mais frequente constituem um grupo com maior vulnerabilidade e histórico de infrequência mais persistente. Assim, a redução observada não deve ser interpretada, necessariamente, como evidência de baixa efetividade das intervenções, mas como um indicativo de que os casos que requerem múltiplas ações já apresentam barreiras mais complexas para a permanência escolar. Nesses contextos, as intervenções podem atuar mais no sentido de mitigar o agravamento do problema do que de promover uma recuperação imediata dos níveis de frequência.

No Ensino Médio (Gráfico 4), os resultados apontam para um comportamento parcialmente distinto. Entre os estudantes que receberam de uma a três intervenções, verifica-se aumento da frequência após as ações realizadas, sugerindo que intervenções precoces podem ser capazes de interromper trajetórias iniciais de afastamento escolar. Entretanto, nos grupos que receberam quatro ou mais intervenções, o padrão passa a se assemelhar ao observado no Ensino Fundamental, com redução da frequência após o acompanhamento. Esse resultado reforça a hipótese de que a necessidade de múltiplas intervenções funciona como um marcador de maior complexidade do caso, refletindo situações em que fatores individuais, familiares, sociais ou econômicos dificultam a reversão do processo de infrequência.

Em conjunto, os resultados sugerem que a realização de intervenções em estágios mais iniciais do risco de abandono tende a estar associada a melhores resultados, especialmente no Ensino Médio. Por outro lado, os casos que demandam acompanhamento reiterado parecem representar situações de maior complexidade, nas quais as ações escolares, embora necessárias, podem não ser suficientes para produzir mudanças substanciais na frequência sem o apoio de outras redes de atendimento e proteção.

Ainda, quando o aluno se encontra infrequente, é necessário o preenchimento da FICAI – Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente. A FICAI é uma iniciativa do Ministério Público, em parceria com o Conselho Tutelar e com secretarias de educação, que tem por objetivo

garantir o direito à permanência escolar de crianças e adolescentes. O registro do Plano de Ação e exposição dos motivos do infrequência dentro do Módulo Gestor não exclui a necessidade de preenchimento da FICAI.

Para avaliar os resultados do Sistema de Proteção à Trajetória (SPT) e das estratégias de enfrentamento da infrequência escolar, foi realizada uma análise em que os estudantes inicialmente identificados como infrequentes foram acompanhados ao longo do ano e classificados em dois grupos de desfecho: “melhorou”, quando o estudante voltou a se engajar e permaneceu matriculado na escola, e “não melhorou”, quando permaneceu em situação de infrequência, em busca ativa, abandono ou cancelamento da matrícula.

A análise compara as taxas de melhora entre estudantes que receberam intervenções do sistema (Plano de Ação ou abertura de FICAI) e aqueles que não receberam essas ações, sempre dentro do mesmo nível de risco e etapa de ensino. A inclusão da FICAI na análise busca avaliar se o acionamento da rede de proteção está associado a diferentes taxas de retorno e permanência escolar entre estudantes infrequentes, complementando a avaliação dos Planos de Ação e permitindo compreender a contribuição de diferentes estratégias de acompanhamento. Dessa forma, busca-se estimar o ganho associado às intervenções por meio da diferença entre os resultados observados nos grupos expostos e não expostos, permitindo avaliar sua efetividade na recuperação e permanência dos estudantes na escola.

Tabela 7: Alunos infrequentes por risco, classificados com ou sem plano de ação – Ensino Fundamental.

Com plano de ação								
Nível de risco	1º Trimestre (%)		2º Trimestre (%)		3º Trimestre (%)		Total (%)	
	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou
Crítico	33 (20,1)	131 (79,8)	98 (15,7)	526 (84,2)	133 (23,4)	433 (76,5)	264 (19,5)	1.090 (80,5)
Alto	9 (20,4)	35 (79,5)	48 (33,1)	97 (66,8)	79 (59,8)	53 (40,1)	136 (42,4)	185 (57,6)
Médio	5 (25,0)	15 (75,0)	24 (33,3)	48 (66,6)	39 (68,4)	18 (31,5)	68 (45,6)	81 (54,4)
Baixo	377 (73,2)	138 (26,7)	2.955 (83,5)	581 (16,4)	11.714 (82,7)	2.439 (17,2)	15.046 (82,7)	3.158 (17,3)

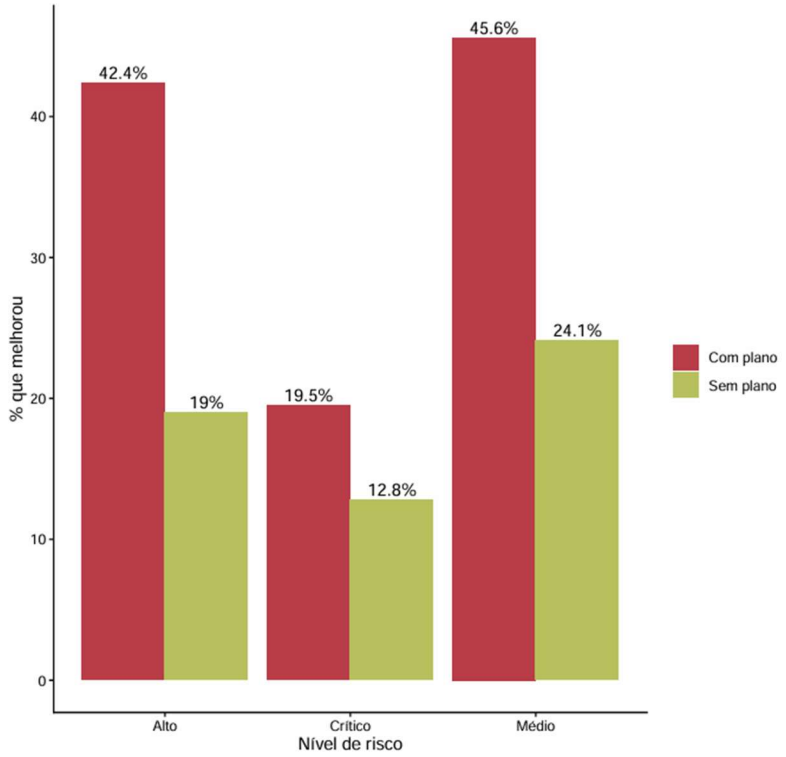
Fonte: ISE.

Sem plano de ação		
Nível de risco	Melhorou (%)	Não melhorou (%)
Crítico	203 (12,8)	1.388 (87,2)
Alto	131 (19,0)	557 (81,0)
Médio	155 (24,1)	487 (75,9)
Baixo	18.589 (88,8)	2.355 (11,2)

Fonte: ISE.

Nota: O termo “melhorou” se refere quando o estudante permaneceu matriculado e “não melhorou”, quando permaneceu em situação de infrequência, em busca ativa, abandono ou cancelamento da matrícula.

Gráfico 5: Diferença em pontos percentuais entre alunos com e sem plano de ação, por nível de risco e etapa de Ensino Fundamental.



Fonte: ISE.

Considerando os resultados gerais das intervenções realizadas no escopo da PPTE, a Tabela 7 mostra que alunos com plano de ação apresentam desempenho superior aos sem plano, com diferenças relevantes em termos de pontos percentuais (p.p.) de melhora da frequência (Gráfico 5), sobretudo nos níveis intermediários de risco.

No risco crítico, a proporção de alunos que apresentaram melhora passou de 12,8% (se, plano de ação) para 19,5% (com plano de ação), um ganho de 6,7 pontos pertentais (p.p.), indicando um impacto modesto, porém positivo, mesmo em contextos de alta complexidade. O maior diferencial foi observando entre os alunos de risco alto, com um ganho expressivo de 23,4 p.p., passando de 19,0% para 42,4%, p que evidencia um efeito mais significativo de plano de ação. Entre os alunos de risco médio, a taxa de melhora aumentou de 24,1% (sem plano) para 45,6% (com plano), representando um avanço de 21,5 p.p., e indicando forte associação entre a inclusão do plano de ação e a recuperação da frequência.

No grupo de risco baixo de abandono, embora as taxas de melhora sejam elevadas em ambos os grupos, os alunos sem plano de ação apresentaram desempenho superior: 88,8% de melhora, contra 82,7% entre aqueles com plano, uma diferença de 6.1 p.p. Ao longo dos trimestres, observa-se também um aumento progressivo das taxas de melhora

entre os alunos acompanhados por planos de ação, reforçando a hipótese de um efeito cumulativo do monitoramento.

Em síntese, os planos de ação demonstram maior impacto justamente nos grupos com maior potencial de recuperação, especialmente entre os alunos classificados nos níveis de risco médio e alto.

Tabela 8: Alunos infrequentes por risco, classificados com ou sem FICAI – Ensino Fundamental.

Com FICAI								
Nível de risco	1º Trimestre (%)		2º Trimestre (%)		3º Trimestre (%)		Total (%)	
	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou
Crítico	7 (16,2)	36 (83,7)	14 (33,3)	28 (66,6)	11 (18,3)	49 (81,6)	32 (22,1)	113 (77,9)
Alto	1 (33,3)	2 (66,6)	11 (78,5)	3 (21,4)	5 (31,2)	11 (68,7)	17 (51,5)	16 (48,5)
Médio	1 (20,0)	4 (80,0)	2 (50,0)	2 (50,0)	1 (14,2)	6 (85,7)	4 (25,0)	16 (75,0)
Baixo	586 (67,3)	284 (32,6)	1.521 (76,0)	478 (23,9)	925 (65,9)	477 (34,0)	**3.032 (71,0**	1.239 (29,0

Fonte: PROCEMPA, adaptado pelo CEBE.

Sem FICAI		
Nível de risco	Melhorou (%)	Não melhorou (%)
Crítico	517 (16,2)	2.669 (83,7)
Alto	277 (25,7)	798 (74,2)
Médio	235 (28,5)	589 (71,4)
Baixo	**30.872 (87,6)**	4.351 (12,3)

Fonte: PROCEMPA, adaptado pelo CEBE.

Nota: O termo “melhorou” se refere quando o estudante permaneceu matriculado e “não melhorou”, quando permaneceu em situação de infrequência, em busca ativa, abandono ou cancelamento da matrícula.

A análise dos dados mostra que a FICAI no ensino fundamental teve impacto positivo no acompanhamento da infrequência escolar, especialmente entre os estudantes classificados em risco baixo, embora os resultados sejam menos expressivos nos níveis mais críticos.

Entre os alunos “com FICAI”, o grupo de risco baixo apresentou os melhores resultados: 3.032 estudantes (71,0%) melhoraram sua situação de frequência, enquanto 1.239 (29,0%) não melhoraram. Já nos níveis mais altos de risco, os índices de melhora foram menores, como no risco crítico, em que apenas 32 estudantes (22,1%) melhoraram, enquanto 113 (77,9%) permaneceram em situação de infrequência, busca ativa, abandono ou cancelamento. No risco alto, a melhora chegou a 51,5%, e no médio, apenas 25,0%.

Quando comparados os estudantes sem FICAI, observa-se que os percentuais de melhora foram maiores em praticamente todas as faixas de risco. No grupo sem FICAI e de risco baixo, 30.872 estudantes (87,6%) melhoraram, índice bastante superior aos 71,0% observados entre aqueles acompanhados pela FICAI. Mesmo nos níveis crítico, alto e médio, os percentuais de melhora sem FICAI superam os casos com FICAI. Entretanto, essa comparação exige cautela, pois os estudantes encaminhados para a FICAI já apresentavam situações mais graves e persistentes de infrequência, o que pode explicar os resultados proporcionalmente menores. Assim, os dados não necessariamente indicam menor eficácia da FICAI, mas sim que ela atua sobre os casos mais complexos.

Ao comparar os dois conjuntos de dados — FICAI e Plano de Ação da PPTE — percebe-se que o Plano de Ação apresenta resultados proporcionalmente mais positivos. Entre os alunos com plano de ação, os índices de melhora são superiores aos observados na FICAI em quase todos os níveis de risco. No risco baixo, por exemplo, 15.145 estudantes (82,8%) melhoraram, superando os 71,0% registrados entre os alunos com FICAI. Nos níveis médio e alto, o Plano de Ação também demonstra melhor desempenho, com taxas de melhora de 45,1% e 42,1%, respectivamente. Mesmo no risco crítico, o percentual de melhora associado ao Plano de Ação (20,7%) aproxima-se do observado na FICAI (22,1%), embora atendendo um volume substancialmente maior de estudantes.

Esses resultados sugerem que as duas estratégias podem desempenhar papéis complementares no enfrentamento da infrequência. Enquanto o Plano de Ação parece apresentar maior efetividade geral, especialmente nos níveis baixo, médio e alto de risco, a FICAI tende a apresentar resultados relativamente mais favoráveis entre os casos mais complexos, como no risco crítico, nos quais o acionamento da rede de proteção e o acompanhamento intersetorial se tornam mais relevantes. Nesse sentido, os dados indicam que a combinação das duas estratégias — com atuação preventiva por meio dos Planos de Ação e encaminhamento para a FICAI nos casos de maior gravidade — pode constituir uma abordagem mais abrangente e efetiva para promover a permanência escolar.

Outro ponto relevante é a comparação entre os grupos sem intervenção. Entre os estudantes sem plano de ação, 19.171 melhoraram, enquanto no grupo sem FICAI o total chegou a

31.901. Isso sugere que parte significativa dos estudantes consegue retomar a frequência escolar sem necessidade de intervenção formal, especialmente nos casos de risco baixo. Ainda assim, tanto a FICAI quanto os planos de ação da PPTE parecem desempenhar papel importante na tentativa de recuperação dos casos mais vulneráveis, funcionando como estratégias de contenção e acompanhamento intensivo, porém dependendo de integração com outras soluções a fim de garantir reversão total dos quadros mais críticos.

Tabela 9: Alunos infrequentes por risco, classificados com ou sem plano de ação – Ensino Médio.

Com plano de ação								
Nível de risco	1º Trimestre (%)		2º Trimestre (%)		3º Trimestre (%)		Total (%)	
	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou
Crítico	9 (23,6)	29 (76,3)	43 (15,7)	230 (84,2)	307 (25,1)	915 (74,8)	359 (23,4)	1.174 (76,6)
Alto	11 (32,3)	23 (67,6)	36 (17,3)	171 (82,6)	207 (39,7)	314 (60,2)	254 (33,3)	508 (66,7)
Médio	1 (12,5)	7 (87,5)	20 (16,8)	99 (83,1)	93 (53,7)	80 (46,2)	114 (38,0)	186 (62,0)
Baixo	196 (19,8)	791 (80,1)	1.664 (34,9)	3.103 (65,0)	9.257 (57,3)	6.871 (42,6)	11.117 (50,8)	10.765 (49,2)

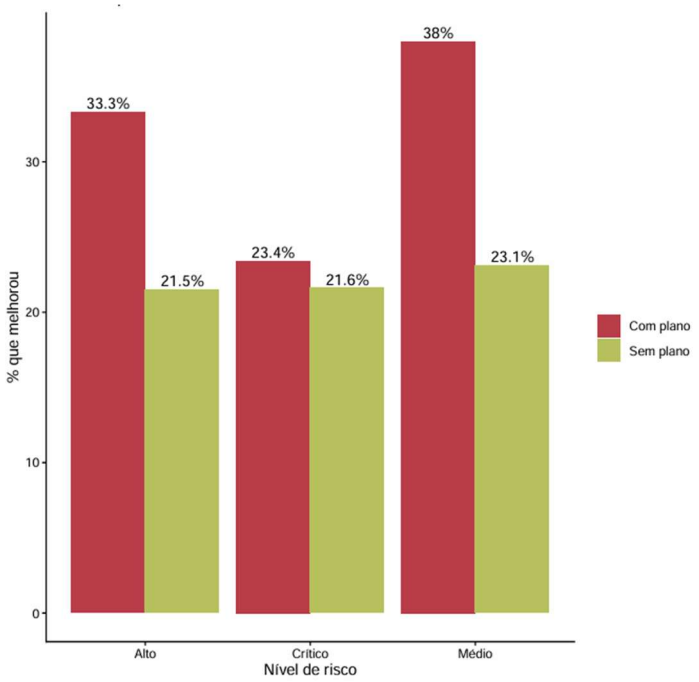
Fonte: ISE.

Sem plano de ação		
Nível de risco	Melhorou (%)	Não melhorou (%)
Crítico	122 (21,6)	443 (78,4)
Alto	99 (21,5)	361 (78,5)
Médio	73 (23,1)	243 (76,9)
Baixo	8.155 (45,4)	9.792 (54,6)

Fonte: ISE.

Nota: O termo “melhorou” se refere quando o estudante permaneceu matriculado e “não melhorou”, quando permaneceu em situação de infrequência, em busca ativa, abandono ou cancelamento da matrícula.

Gráfico 6: Diferença em pontos percentuais entre alunos com e sem plano de ação, por nível de risco e etapa de Ensino Médio.



Fonte: ISE.

Na Tabela 9, ao comparar os resultados gerais do Ensino Médio, observa-se que o plano de ação apresenta efeitos distintos conforme o nível de risco, com ganhos mais claros nos níveis médio e alto.

No risco crítico, a proporção de alunos que apresentaram melhora foi bastante semelhante entre os grupos, alcançando 23,4% entre aqueles com plano de ação e 21,6% entre os que não possuíam plano, uma diferença de apenas 1,8 ponto percentual (p.p.) (Gráfico 6). Esse resultado sugere que, nesse estrato de maior vulnerabilidade, o impacto do plano de ação foi limitado.

Entre os alunos de risco alto, observa-se um efeito mais expressivo. A taxa de melhora passou de 21,5% no grupo sem plano para 33,3% no grupo com plano, representando um ganho de 11,8 p.p. e indicando uma contribuição relevante do acompanhamento para a recuperação da frequência.

No risco médio, a diferença também é significativa. A proporção de alunos que melhoraram aumentou de 23,1% entre aqueles sem plano para 38,0% entre os que receberam acompanhamento, um avanço de 14,9 p.p. Esse resultado reforça a associação positiva entre a implementação de planos de ação e a melhora da frequência escolar.

Já no risco baixo, as taxas de melhora permaneceram elevadas em ambos os grupos, sendo ligeiramente superiores entre os alunos com plano de ação (50,8%) em comparação aos

sem plano (45,4%), uma diferença de 5,4 p.p. Esse resultado pode indicar que, mesmo em situações de menor risco, o acompanhamento contribui para a manutenção e recuperação da frequência, embora a magnitude do efeito seja menor do que a observada nos grupos de risco médio e alto.

Ao longo dos trimestres, observa-se um crescimento consistente das taxas de melhora entre os alunos acompanhados por planos de ação, especialmente no terceiro trimestre, o que reforça a hipótese de um efeito cumulativo do monitoramento e das intervenções realizadas.

Em síntese, no Ensino Médio, os planos de ação demonstram maior efetividade entre os alunos classificados nos níveis de risco médio e alto, enquanto apresentam impacto mais discreto nos casos de risco crítico e ganhos mais modestos entre os estudantes de risco baixo.

Tabela 10: Alunos infrequentes por risco, classificados com ou sem FICAI – Ensino Médio.

Com FICAI								
Nível de risco	1º Trimestre (%)		2º Trimestre (%)		3º Trimestre (%)		Total (%)	
	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou	Melhorou	Não melhorou
Crítico	11 (28,2)	28 (71,7)	50 (46,7)	57 (53,2)	47 (36,7)	81 (63,2)	108 (39,4)	166 (60,6)
Alto	6 (54,5)	5 (45,4)	37 (78,7)	10 (21,2)	18 (47,3)	20 (52,6)	61 (63,5)	35 (36,5)
Médio	0	0	3 (50,0)	3 (50,0)	7 (53,8)	6 (46,1)	10 (52,6)	9 (47,4)
Baixo	370 (47,9)	401 (52,0)	1.012 (59,8)	680 (40,1)	972 (53,7)	838 (46,2)	2.354 (55,1)	1.919 (44,9)

Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

Sem FICAI		
Nível de risco	Melhorou (%)	Não melhorou (%)
Crítico	430 (21,9)	1.527 (78,0)
Alto	311 (26,6)	854 (73,3)
Médio	189 (30,8)	424 (69,1)
Baixo	17.271 (47,9)	18.740 (52,0)

Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

Nota: O termo “melhorou” se refere quando o estudante permaneceu matriculado e “não melhorou”, quando permaneceu em situação de infrequência, em busca ativa, abandono ou cancelamento da matrícula.

A análise dos dados do FICAI no Ensino Médio indica que o instrumento apresenta impacto relevante na melhoria da permanência e frequência escolar dos estudantes infrequentes, especialmente entre aqueles classificados nos níveis de risco mais elevados. Entre os alunos com FICAI, os percentuais de melhora superam os observados entre os estudantes sem acompanhamento pelo instrumento em praticamente todos os níveis de risco. No consolidado final, o melhor resultado proporcional aparece no grupo de risco alto, em que 63,5% dos estudantes melhoraram, seguido pelos grupos de risco baixo (55,1%) e médio (52,6%). Mesmo no risco crítico, considerado o grupo mais vulnerável, o percentual de melhora entre os estudantes com FICAI (39,4%) foi significativamente superior ao dos estudantes sem FICAI (21,9%).

Ao observar a evolução ao longo dos trimestres, percebe-se que o FICAI teve desempenho especialmente forte no segundo trimestre. No grupo de risco alto, por exemplo, o percentual de melhora chegou a 78,7%, indicando que a intervenção parece produzir maior efeito quando o acompanhamento consegue se consolidar ao longo do ano letivo. No grupo crítico também houve crescimento expressivo no segundo trimestre, passando de 28,2% no primeiro para 46,7%, embora haja redução no terceiro trimestre. Já o grupo de risco baixo apresentou resultados mais estáveis e consistentes durante todo o período, mantendo percentuais superiores a 50% nos dois últimos trimestres.

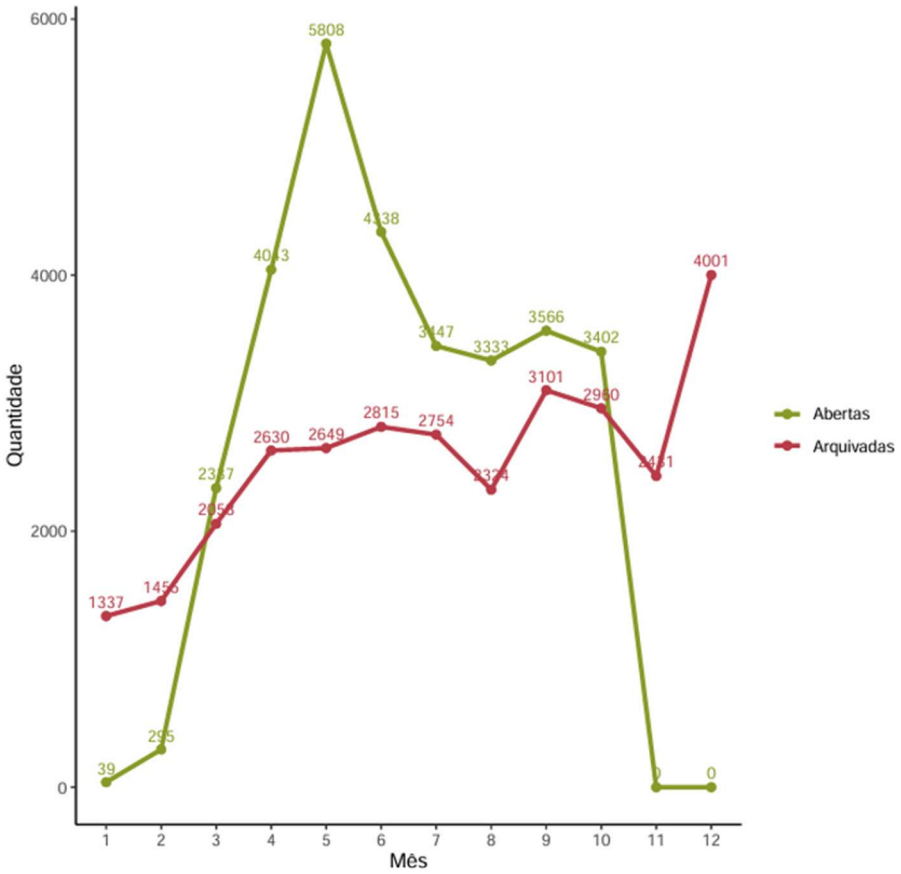
Quando os dados do FICAI são comparados aos do plano de ação da PPTE, observa-se que os dois instrumentos possuem características distintas e complementares. O plano de ação apresenta maior alcance em termos absolutos, com 12.097 estudantes que melhoraram, enquanto o FICAI atende menos casos. Entretanto, proporcionalmente, o FICAI demonstra resultados mais expressivos, sobretudo nos níveis de maior vulnerabilidade. No

risco crítico, por exemplo, o plano de ação elevou a taxa de melhora de 19,1% para 23,7%, enquanto o FICAI elevou esse percentual de 21,9% para 39,4%. No risco alto, a diferença é ainda mais evidente: o plano de ação alcançou 34,2% de melhora, enquanto o FICAI atingiu 63,5%.

Esses resultados sugerem que a PPTE funciona como uma estratégia de acompanhamento mais ampla, contribuindo para melhorias consistentes em larga escala. A FICAI, por sua vez, parece operar como uma intervenção mais intensiva e focalizada, apresentando maior efetividade nos casos de maior risco de evasão escolar. Assim, os dados indicam que os dois mecanismos não atuam de forma concorrente, mas complementar, o plano de ação amplia a cobertura do acompanhamento, enquanto o FICAI fortalece a capacidade de reversão dos casos mais graves de infrequência.

Por fim, para compreender melhor o papel desempenhado pela FICAI na rede estadual, apresenta-se a seguir um panorama de sua utilização ao longo do ano de 2025, contemplando a evolução dos registros e os principais desfechos observados.

Gráfico 7: Número de FICAIs abertas na por mês no ano de 2025.

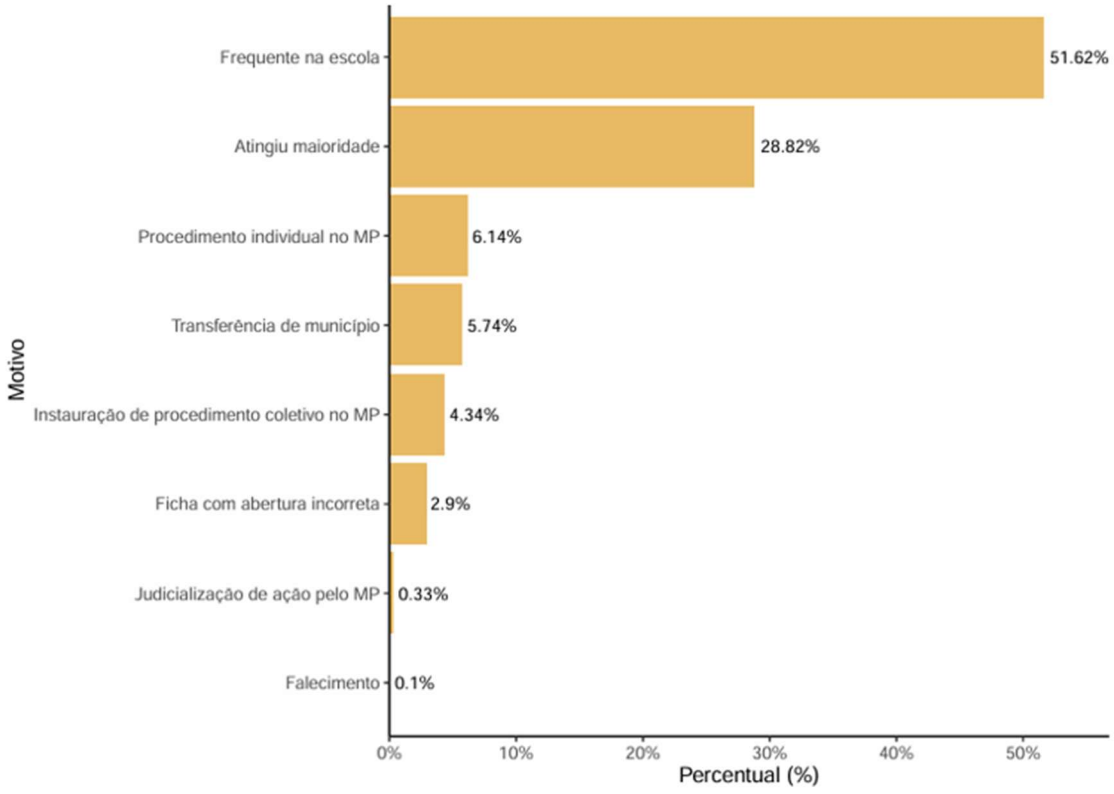


Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

No Gráfico 7, podemos observar que no ano de 2025, o pico de abertura de FICAIs ocorreu no mês de maio, e isso está muito atribuído ao uso do sistema SPT, pois a organização e priorização das aberturas de FICAIs permitem maior regularidade, concertação entre atores e planejamento da intervenção. Já os arquivamentos tiveram seu pico atingido em dezembro, sendo em torno de 4 mil casos.

No que se refere aos motivos de arquivamento (Gráfico 8), observa-se que a principal razão está associada ao retorno à frequência escolar, indicando efetividade parcial das ações de acompanhamento. No entanto, destaca-se que uma parcela expressiva dos casos é encerrada devido ao atingimento da maioridade, o que sugere que esses alunos deixam o sistema sem que a situação tenha sido plenamente resolvida. Esse achado levanta preocupações quanto à qualidade das resoluções e aponta para a necessidade de intervenções mais precoces e efetivas.

Gráfico 8: Motivo das FICAIs arquivadas no ano de 2025.

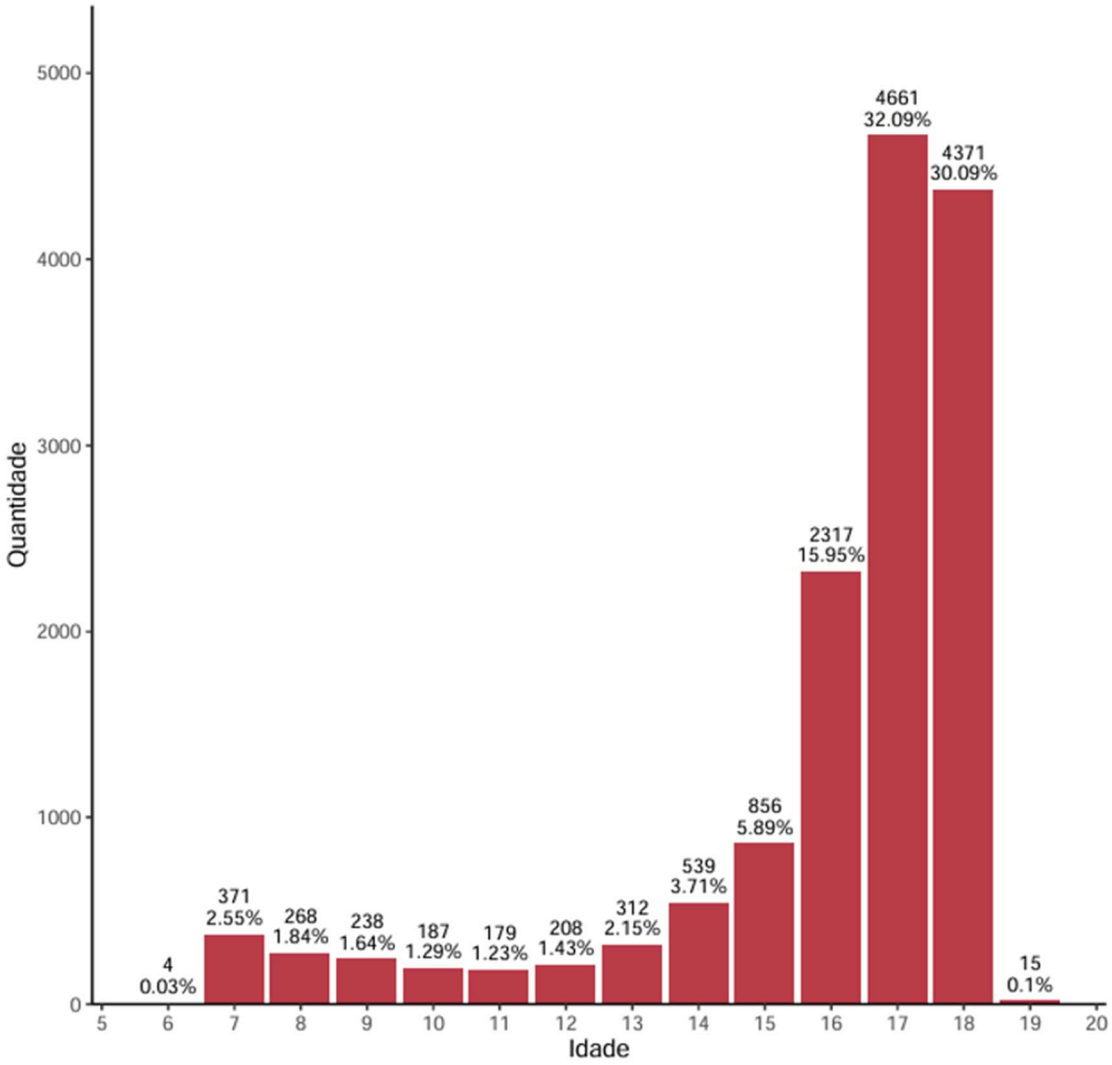


Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

No Gráfico 9, a análise da distribuição dos alunos em situação de risco crítico ao longo de 2025 evidencia uma forte concentração nas idades mais elevadas da trajetória escolar, com destaque para 16, 17, 18 anos, que concentram a maior parte dos casos. Observa-se ainda um crescimento acentuado a partir dos 15 anos, indicando um ponto de inflexão importante no risco educacional. Esse padrão sugere uma relação com a transição para o Ensino Médio

e possíveis processos de defasagem idade-série, reforçando a hipótese de maior vulnerabilidade à evasão escolar nesse estágio.

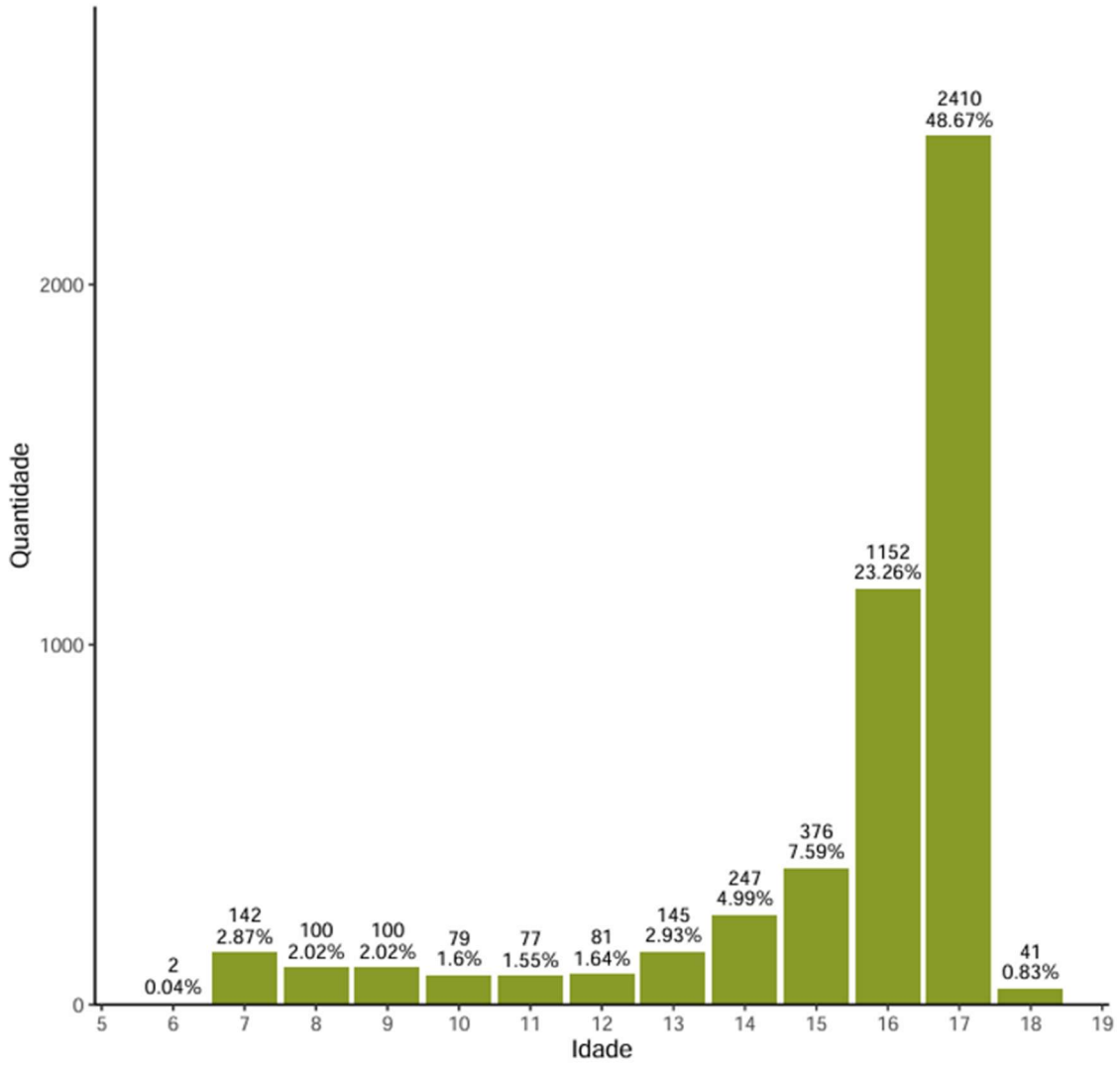
Gráfico 9: Alunos em risco crítico e com FICAI por idade no ano de 2025.



Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

E ao observar especificamente os casos ativos, no Gráfico 10, nota-se uma concentração ainda mais intensa nas idades de 16 e 17 anos, o que indica não apenas maior incidência, mas também maior permanência desses casos no sistema. Em contraste, faixas etárias mais jovens apresentam menor acúmulo, sugerindo maior capacidade de resolução nesses grupos. Esse resultado aponta para um gargalo no acompanhamento dos alunos mais velhos, evidenciando a necessidade de estratégias específicas para esse público, onde o risco tende a se prolongar.

Gráfico 10: Alunos em risco crítico e com FICAI ativas por idade no ano de 2025.



Fonte: PROCEMPA, adaptado por CEBE.

Síntese dos principais pontos encontrados

Não sendo unicamente um espaço de desenvolvimento cognitivo e social, a escola também cumpre um importante papel protetivo de direitos dos estudantes (Santos, 2019). Nesse sentido, a análise territorial evidencia desigualdades entre as CREs na cobertura de estudantes em risco alto ou crítico acompanhados por planos de ação, embora a política já apresente capilaridade significativa e esteja institucionalizada de forma relativamente homogênea entre escolas de diferentes níveis de complexidade.

As análises dos motivos de infrequência mostram que a baixa frequência escolar está fortemente associada a fatores de vínculo e engajamento com a escola. Em todos os níveis de risco e etapas de ensino, a falta de interesse pelos estudos aparece como principal motivo

de infrequência, enquanto, no Ensino Médio, ganham relevância fatores socioeconômicos, especialmente aqueles relacionados ao trabalho e à necessidade de geração de renda, reforçando o caráter multifatorial do fenômeno.

No que se refere às intervenções realizadas, observa-se um padrão escalonado de atuação. Ações de contato e escuta ativa predominam em todos os níveis de risco — por exemplo, a escuta ativa com o estudante representa cerca de 10,2% das intervenções no Ensino Fundamental de risco baixo — enquanto medidas mais complexas, como encaminhamento à FICAI e acionamento da RAE, tornam-se mais frequentes nos níveis crítico e alto de risco. Além disso, ao longo do ano, observa-se intensificação do acompanhamento: entre estudantes do Ensino Fundamental em risco crítico, a proporção de casos com 10 ou mais intervenções cresce de 3,1% no primeiro trimestre para 7,1% no terceiro trimestre.

Os resultados também indicam associação positiva entre a existência de plano de ação e a recuperação da frequência escolar. No ensino médio, a taxa de retorno média dos estudantes em risco médio e alto de abandono e que receberam as intervenções foi de 34,7% contra 22,2% dos estudantes que não receberam ação estruturada, uma diferença de 12,5 pontos percentuais em termos de efetividade. No ensino fundamental o efeito foi ainda mais intenso, sendo 43,4% a taxa de quem recebeu a intervenção recomendada e 21,5% para quem não recebeu, diferença de 21,9 pontos percentuais. Esses resultados sugerem que os planos de ação apresentam maior potencial de efetividade nos grupos em que ainda existe margem significativa para reversão da trajetória de infrequência, restando ainda desafios importantes para a reversão de trajetórias de insucesso escolar de estudantes em risco crítico.

As análises de frequência antes e depois das intervenções reforçam a importância da atuação precoce. No Ensino Médio, estudantes que receberam de uma a três intervenções apresentaram aumento da frequência após o acompanhamento, enquanto aqueles que demandaram quatro ou mais intervenções registraram resultados mais limitados. Esse padrão sugere que o número de intervenções funciona como um indicador indireto da complexidade dos casos, uma vez que estudantes que necessitam acompanhamento mais intenso tendem a enfrentar barreiras mais persistentes para a permanência escolar.

Por fim, os resultados indicam que Plano de Ação e FICAI desempenham funções complementares no enfrentamento da infrequência. O Plano de Ação apresenta maior alcance e melhores resultados médios em grupos de risco baixo e médio — no Ensino Fundamental, por exemplo, 84,0% dos estudantes de risco baixo com plano melhoraram sua situação. Já a FICAI mostra resultados relativamente mais expressivos nos casos de maior complexidade, especialmente no Ensino Médio, onde a taxa de melhora entre estudantes de risco crítico alcançou 39,4%, frente a 21,9% entre aqueles sem acompanhamento pelo instrumento. Em

conjunto, as evidências sugerem que estratégias preventivas e amplas, como os planos de ação, combinadas com intervenções intersetoriais mais intensivas, como a FICAI, ampliam a capacidade da rede de enfrentar situações de infrequência e risco de abandono escolar.

Referências Bibliográficas

ALLENSWORTH, Elaine M.; EASTON, John Q. What matters for staying on-track and graduating in Chicago Public Schools. Chicago: Chicago Consortium on School Research, 2007.

BECKER, Gary S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FREDRICKS, Jennifer A.; BLUMENFELD, Phyllis C.; PARIS, Alison H. School engagement: potential of the concept, state of the evidence. Review of Educational Research, Washington, v. 74, n. 1, p. 59–109, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas educacionais no Brasil: evidências e desafios. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: resumo técnico. Brasília: INEP, 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Education at a glance. Paris: OECD Publishing, 2023.

RUMBERGER, Russell W. Dropping out: why students drop out of high school and what can be done about it. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

SANTOS, E. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise a luz da legislação brasileira de educação. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 45, e184961, 2019.

SEDUC. Guia dos Orientadores Educacionais da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul. 2025.

SEDUC. Panorama sobre o Abandono Escolar no Ensino Médio Regular e no Ensino Médio em Tempo Integral. Centro de Educação Baseada em Evidências (CEBE), 2025.

SEDUC. Política de proteção à trajetória do estudante. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2025.

TINTO, Vincent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research, Washington, v. 45, n. 1, p. 89–125, 1975.

TINTO, Vincent. Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). Out-of-school children: global initiative. New York: UNICEF, 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). Global education monitoring report. Paris: UNESCO, 2017.

UNITED STATES DEPARTMENT OF EDUCATION. What Works Clearinghouse: procedures and standards handbook. Washington, DC, 2020.

WORLD BANK. World development report 2018: learning to realize education's promise. Washington, DC: World Bank, 2018.

Textos para discussão – n.10

Edições Anteriores

A infrequência escolar no Ensino Médio no ano de 2023 – n.1 – out/23

Estudantes estrangeiros na rede pública estadual de ensino – n.2 – out/23

A não declaração racial de estudantes na rede estadual do Rio Grande do Sul – n.3 – jan/2024

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Ensino do RS em 2023 – n.4 – jun/2024

As consequências da gravidez na adolescência em estudantes em vulnerabilidade socioeconômica – n.5 – jan/2025

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Ensino do RS em 2024 – n.6 – fev/2026

Educação Gaúcha como o principal determinante da Produtividade 2016/2022 – n.7 – fev/2026

Salário e educação no Rio Grande do Sul: uma análise econométrica do prêmio salarial por ano de estudo – n.8 – fev/2026

Síntese dos Resultados da Rede Estadual de Educação do RS em 2025 – n.9 – mar/2026

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO